ISSN 2526-3234, Volume 1, Número 1, 2018.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

MARIA ANTONIA VEIGA ADRIÃƒO [1]

RESUMO

O objetivo é socializar a pesquisa que estamos realizando com os estudantes dos Estágios Supervisionados (Ensino Fundamental II e Médio) do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA desde 2016.2. Através da linha de pesquisa Continuidades e Descontinuidades das Políticas Educacionais, do Ensino de História e da Cultura Escolar e sublinha: Interdisciplinaridade, transversalidade, Ensino e Diversidade procuramos conhecer como as políticas demandadas da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (9.304/1996) e dos seus desdobramentos com o Plano Nacional de Educação (PNE) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) têm chegado à escola. Especificamente falando, pública majoritariamente, e situada na região Noroeste do Ceará, de onde originam-se nossos estudantes e onde boa parte atua como docente. Interessa saber como tem acontecido a contratação de professores e do corpo gestor, como os currículos foram reelaborados depois da volta da disciplina História às escolas fundamentais, por conseguinte, como a formação profissional e de cidadania dos estudantes se inseriram nessas perspectiva curricular, e como a escola tem-se renovado ou se democratizado, considerando não apenas a LDB citada, mas, algumas reformas os quais seus postulados iniciais foram reformados abrangendo por exemplo as Leis 10.639, 11.645 e 13.146 de 2003, 2008 e 2015 respectivamente, que trouxeram o ensino da História Afro-brasileira e Indígena e a inclusão da pessoa com deficiência, num contexto em que a escola se encontrava recém saída das políticas autoritárias que ao contrário, excluíam a diversidade e o debate político-social, somando-se à necessidade de erradicar dos quadros escolares "o professor leigo". Enquanto a sociedade almejava por mudanças estruturais que passavam pela escola, esta reestruturava-se para atender ao básico do currículo que não alcançava essas demandas. Assim, nos Estágios temos recomendado que além das observações comuns e regência, os estagiários perscrutem a aplicação das políticas educacionais e as alterações pelas quais a escola tem passado. O objetivo é que os estagiários possam exercitar o ensino-aprendizagem de forma mais dinâmica, entendendo a escola como um organismo em descontinuidade temporal, ou seja, sempre aberta a mudanças, à alteração de valores e práticas sociais e políticas porque assim são os atores e agentes que a compõem, também sempre em alteração mesmo que não pareçam. E assim, os estudantes possam exercitar o ensino ligado à pesquisa, aprendendo a refletir sobre "propostas de solução" em diálogo com seus pares, quer da área de humanas, quer de outras áreas, experimentando uma

docência que ensina a não naturalizar os problemas, que ensina a buscar soluções e não apenas encaminhá-las ou ignorá-las. Outro objetivo é construir uma memória educacional para o Curso e comunidade acadêmica e escolar, para que os relatórios não se resumam a relatos de observações em sala e regências. Nessa perspectiva, temos procurado dialogar com teóricos do ensino de História e da Educação que apontam soluções metodológicas por estudarem as políticas educacionais, a escola e os comportamentos docentes, discentes e de outros agentes. Esses estudiosos subsidiam tanto nossas aulas, como os estudos dos acadêmicos, ensinando-os a refletirem sobre os problemas e possíveis soluções de "intervenção" para esses problemas. Entendendo que intervir aqui está relacionado com o tempo do ensino-aprendizagem, na perspectiva de tirá-lo da sua linearidade aparente (SILVA,1995). Os resultados dessa pesquisa revelam o sofrimento docente e discente, e por que não, da gestão escolar. Trazem também indícios do sofrimento de genitores e responsáveis que não sabem como lidar com a educação de seus filhos e nem dispõem de tempo para isso (FONSECA, 2003). Revelam uma escola que ainda não apreendeu a dialogar com a diversidade social e cultural que a compõe; que não aprendeu a lidar com jovens que por sinal, rejeitam seus princípios (GADOTTI, 1990; FONSECA, 2003; ESTEVE, 2004) os quais sequer estão aprendendo em sua boa parte, a ler e a escrever na perspectiva de interpretarem textos e contextos, ou refletirem sobre o que estudam e sobre a realidade com a qual esse estudo estará em relação (COLL, 2002). Revelam docentes exauridos que não sabem lidar com o princípio escolar primeiro que é cumprir a meta curricular ignorando as realidades deles (docentes), sua sobrecarga de trabalho, e a dos discentes que não estão sendo avaliados com critérios que respeitem sua autonomia e condições do ensino-aprendizagem (HOFFMANN, 1991). Revelam a realidade de uma escola que não se renova no sentido de se perceber no mundo de elaborações cientificas que estão em relação de simultaneidade como propuseram (COLL, 2000; RANDOM, 2002, FAZENDA, 2003), portanto, para serem estudadas, não precisariam estar em disciplinas herméticas inclusive aos saberes e experiências sociais (Freire, 1993). Que não consegue no nosso caso, levar as novas abordagens e os novos problemas do ensino de história ligados à renovação paradigmática que a historiografia vivencia desde a primeira metade do século XX (Bittencourt, 2002; 2004; Fonseca, 2003; Karnal, 2003; Pinsky 2012), apesar dos PCN e da própria LDB sugerirem abertura curricular para as questões sociais e regionais do ponto de vista inter e transdisciplinar, e essas possibilidades estarem presentes de certo modo nos livros didáticos e em programas extracurriculares trabalhados no decorrer do ano letivo. O certo é que em boa parte das escolas regulares públicas (onde discentes estudam por um turno) não tem sido possível avançar na educação escolar no sentido de esta tornar-se mais atrativa para docentes e discentes. Palavras-chave: Estágios Supervisionados, Políticas Educacionais, Cultura Escolar. Referências BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de História... São Paulo: Cortez, 2004. COLL, A. N. As culturas não são disciplinas: existe o transcultural? In: COLL, A. N.;

et al. Educação e Transdisciplinaridade. São Paulo: TRIOM, 2002, p. 73-92. ESTEVE, J. M. A Terceira Revolução Educacional. Trad. C. Antunes. São Paulo: Moderna, 2004. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: Qual o Sentido? São Paulo: Paulus, 2003. _____. (org.) O Que É Interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2003. FONSECA, S. G. Didática e Prática de Ensino de História. São Paulo: Papirus, 2003. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996. _____. A Importância Do Ato de Ler. São Paulo: Cortez, 1994. GADOTTI, M. Uma Só Escola Para Todos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. HOFFMANN, J. Avaliação: Mito e Desafio. Porto Alegre, Mediação, 1991. KARNAL, L.; (org.). História na Sala de Aula... São Paulo: Contexto, 2003. MONTEIRO, A. M.; (et al. Orgs.). Pesquisa em Ensino de História... Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2014. PIMENTA, S. G. De professores, pesquisa e didática. Campinas, SP: Papirus, 2002. PINSKY, C. B.; (ORG.). Novos Temas nas Aulas de História... São Paulo: Contexto, 2010. RANDOM, M. O Território do Olhar. In: COLL, A. N.; et al. Educação e Transdisciplinaridade. São Paulo: TRIOM, 2002, p. 27-44. SILVA, M. A. Da. História: O Prazer em Ensino e Pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Palavras-chave: .

---

[1] , ;